

Qualidade de vida e saúde como valor existencial

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, subjetiva e polissêmica que se refere ao bem estar que os indivíduos e a coletividade encontram na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Do ponto de vista sociológico, **Qualidade de vida** pode ser definida como o padrão que uma sociedade determina e se mobiliza para conquistar, por meio de políticas públicas e sociais que induzam e orientem o desenvolvimento humano, as liberdades individuais e coletivas e as mudanças positivas no modo e no estilo de vida e nas condições sociais.

Apesar de sua polissemia, a noção de **qualidade de vida** não é etérea e nem estática. Nos últimos 40 anos foram desenvolvidos indicadores e parâmetros para operacionalizá-la. O mais universal desses instrumentos é o chamado IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) criado por Amartya Sen, que critica a medida do desenvolvimento apenas pelo PIB e mede valores qualitativos como nível de renda, saúde e educação e longevidade, buscando comparabilidade entre as sociedades onde o índice é adotado.

No Brasil, desde o final dos anos 1980, desenvolveram-se instrumentos que medem a qualidade de vida a partir da compreensão das desigualdades, heterogeneidades e estratificações sociais do país e comparam as microrrealidades municipais e estaduais. Este é o caso do ICV (Índice de Condições de Vida) desenvolvido, em 1988, pela Fundação João Pinheiro (FJP) em articulação com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Programa das Nações Unidas para as Populações (PNUD). Esse índice trabalha com 20 indicadores.

O termo **qualidade de vida** contemporaneamente também vem sendo muito usado por jornalistas, políticos, profissionais de diversas áreas e gestores ligados às políticas públicas, assim como em diferentes campos do saber: na economia, na sociologia, na educação, na medicina, na enfermagem, na psicologia e na saúde. O tema, igualmente, passou ainda a fazer parte do mercado de bens e serviços, a partir da fundação, em 1995, da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) (<http://www.abqv.com.br>) e da criação do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV) (<http://www.ibqv.com.br>), instituições sem fins lucrativos que, segundo anunciam, visam à defesa, à preservação e à conservação do meio ambiente, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e dos valores universais.

Um dos campos em que a noção de qualidade de vida mais tem se desenvolvido é o da medicina. A OMS publicou em 1993, o protocolo do “The world health organization quality of life assessment” (WHOQOL) que avalia seis domínios de bem estar: o físico, o psicológico, o do nível de independência, o das relações sociais, o do meio ambiente e o dos aspectos religiosos, por meio de indicadores. A partir de então, pesquisadores da área passaram a realizar estudos com vários tipos de pacientes, tomando como base o WHOQOL. Mas, existem muitas críticas sobre o uso desse conceito na área médica, como mostra uma revisão realizada por Thomas M. Gill e Alvan R. Feinstein e publicada no The Journal of American Medical Association (JAMA), segundo os quais, o uso do termo “qualidade de vida” para analisar valores e percepções dos pacientes cria dúvidas, confusão e incompreensão entre os profissionais, os pesquisadores, os gestores e entre os próprios doentes. Isso se deve, segundo os estudiosos, à falta de clareza quanto às bases conceituais para desdobrar a métrica de tal conceito.

Este número temático aprofunda o assunto do ponto de vista da saúde no seu sentido ampliado e também sob a ótica biomédica. Como observação final, pode-se dizer que “qualidade de vida” seja como noção sociológica, seja em seu uso instrumental nos protocolos médicos, ainda carece de bastante investimento teórico para se transformar num conceito epistemologicamente forte.

Maria Cecília de Souza Minayo

Editora-Chefe